



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 17 de novembro de 2020.

Edição n. 2969

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais..... 2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal..... 2

Súmulas de Contratos..... 3

Editais..... 3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins..... 4

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Editais..... 7

FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS

Extratos..... 8



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2969

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL N. 131/2020

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, do ARQUIVAMENTO dos seguintes expedientes:

PR.	EXPEDIENTE	INTERESSADOS	COMARCA
00768.00045/2020-3	IC.00768.00034/2017	Em Geral	PJ ESPECIALIZADA DE ESTEIO
00878.00059/2020-1	IC.00878.00005/2019	Celi Gomes Fontella	PJ ESPECIALIZADA DE SÃO BORJA
00887.00067/2020-3	PP.01656.002.405/2019	Em Geral	PJ ESPECIALIZADA DE SÃO JERÔNIMO
00889.00075/2020-4	NF.01874.000.691/2020	Em Geral	PJ DE SÃO JOSÉ DO OURO
00922.00129/2020-8	IC.00922.00043/2016	Casa dos Detergentes	PJ CÍVEL DE URUGUAIANA
02451.00088/2020-1	IC.01349.00089/2012	Ireneu Schwantes	PJ REGIONAL DO MEIO AMBIENTE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IJUÍ
	IC.01349.00185/2012	Espólio de Lotário Keller	
	IC.01349.00211/2010	Giodano Roberto Kronberg	
	IC.01349.00214/2011	Jorge Antonio Fabrin	
	IC.01349.00148/2011	Norberto Voigt e Rafael Voigt, recomendando que mantenham isoladas as faixas nas margens do Rio Ijuizinho existente nas propriedades, em conformidade com o TAC assinado)	
	IC.01349.00146/2010	Everaldo Jose Bilibio	
	IC.01349.00228/2010	Espólio de Alexandre Zambra e Jorge Bonfada	
	IC.01349.00288/2012	Jorge Bonfada	
	IC.01349.00013/2014	Anselmo Cecchetto	
	IC.01349.00011/2014	Pedro Calonego	
	IC.01349.00055/2012	Inácio José Rodrigues	
IC.01349.00276/2012	Giomedes Bagolin		
IC.01349.00280/2012	Amadeu Stochero		

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de novembro de 2020.

MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI,

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N. 313/2020

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JR., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 13/11/2020, no cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, LETICIA RODRIGUES DO NASCIMENTO, tendo entrado em exercício em 16/11/2020.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2969

SANÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCEDIMENTO N. 02458.000.008/2020
COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS N. 123/2019

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, aplicar à **BE WISE – CONSTRUTORA E INSTALADORA EIRELI - EPP**, as seguintes penalidades: 1) multa compensatória, no valor de R\$ 1.400,00, correspondente a 10% sobre o valor contratado, a teor dos itens 15.3 do termo de referência e 8.1.b do Anexo Único da Lei Estadual n. 13.179/09; 2) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de 06 meses, com a consequente inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS, com base no artigo 87, incisos II e III e § 2º, da Lei Federal n. 8.666/93, artigo 2º, inciso I, e 3º, *caput*, da Lei Estadual n. 11.389/99 e artigo 1º, inciso I, 2º, *caput*, e 8º, inciso III, do Decreto Estadual n. 42.250/03, com redação dada pelo Decreto Estadual n. 45.680/08; e 3) cancelamento da nota de empenho com fulcro nos artigos 77 e 78, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/98.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PR.00851.00017/2013-5

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça, SANDRO LOUREIRO MARONES, ID n. 3430642. OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa JAD3J21, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de novembro de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PR.00873.00044/2013-3

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça, JÚLIO CÉSAR MAGGIO STÜRMER, ID n. 3438368. OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa **IXO8D44**, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de novembro de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 001/2020
PROCEDIMENTO N. 02405.000.250/2019 PREGÃO ELETRÔNICO N. 80/2019

CONTRATADA: SERVEX TECNOLOGIA EM EXTINÇÃO DE INCENDIOS LTDA; **OBJETO**: prorrogar a vigência do contrato de prestação de serviço, 12 (doze) meses a contar de 15 de janeiro de 2021 e consignar a manutenção dos valores mensais pagos atualmente; **VALOR MENSAL**: R\$ 1.700,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: UO 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Subprojeto 00001, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3930; **FUNDAMENTO LEGAL**: artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como na cláusula décima quinta;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

EDITAL N. 089/2020
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designado pela Portaria n. 2263/2019, publicada no Boletim n. 218/2019, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 25/06/2019, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, serão eliminados os documentos constantes nos Termos de Eliminação de Documentos n. 75/2020 e n. 134/2020, e na Lista de Eliminação de Documentos n. 40/2020, preenchidos de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, http://www.mprs.mp.br/gestao_documental/ e na Unidade de Gestão Documental, Protocolo e Expedição, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.



Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2020.

ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE,

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

EDITAL N. 090/2020
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JR., faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mprs.gov.br/site/editais_remocao/) e na internet (https://www.mprs.mp.br/editais_remocao/), a divulgação da(s) localidade(s) com oferecimento de vaga(s) para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 43/2019, publicado no DEMP de 26/07/2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de novembro de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 471/2020

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01712.000.371/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio do Meio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carla Pereira Rêgo Flôres Soares. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio. OBJETO: Fiscalização de entidade de acolhimento a idosos ASSOCIAÇÃO ARROIOMEENSE DE AMPARO AO IDOSO - AMAI - PA.00715.00034/2011 (SGP). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Arroio do Meio. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.001.381/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adrio Rafael Paula Gelatti. CLASSIFICAÇÃO: 3º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Decreto n. 55.538/2020 - Covid-19 - Priorização de ensino presencial no Município de Caxias do Sul e repercussões em caso de não priorização. INVESTIGADO(S): Município de Caxias do Sul. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00025/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Verificar a implantação do CAPS III no Município de Gravataí, bem como a disponibilização pelo referido Município de equipe adequada, materiais de uso, equipamentos e veículo de transporte para o pleno funcionamento do serviço. (Prazo acrescido em 33 dias em função de Ordem de Serviço PGJ 06/2020, que suspendeu o prazo dos procedimentos por este período) (Prazo acrescido em 11 dias em função de Ordem de Serviço PGJ 06/2020, que ampliou a suspensão dos prazos dos procedimentos) INVESTIGADOS(S): Caps li Gravataí e Município de Gravataí LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.001.000/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 7º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada e permanente, a ILPI Residencial Para Idosos Darma Ltda. - ME, localizada na Rua Doutor Armando Barbedo, n. 807, Bairro Tristeza, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rua Doutor Armando Barbedo, n. 807, Bairro Tristeza, nesta Capital. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. N. DO PROCEDIMENTO: 01304.002.624/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar o possível uso irregular das vagas reservadas a idosos no estacionamento do Supermercado Zaffari Ipiranga.



INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.001.952/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigação acerca da ausência de Alvará de Saúde pela ILPI Nova Vida Residencial para Idosos em razão da ausência de Autorização de Funcionamento atualizada, protocolo de reciclagem de uso quanto à Carta de Habitação do imóvel e dos certificados de controle de pragas, limpeza das caixas d'água e do ar condicionado atualizados.. INVESTIGADO(S): ILPI Nova Vida Residencial para Idosos. LOCAL DO FATO: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.002.353/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 7º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Apurar irregularidades na ILPI Solar Três Figueiras - Residencial para Terceira Idade Ltda. (Solar Petrópolis), apontadas pela DGVs na Notificação n. 30396. INVESTIGADO(S): ILPI Solar Três Figueiras - Residencial para Terceira Idade Ltda. (Solar Petrópolis) - Filial. LOCAL DO FATO: Rua Felipe de Oliveira, n. 1316, bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01504.000.628/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Weiland Braun. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. OBJETO: O Instituto rio grandense do Arroz (IRGA) em Cachoeirinha/RS não está seguindo as determinações impostas pelo decreto estadual quanto a prevenção do contágio do corona vírus. Não temos qualquer meio de proteção e nem de higiene, estamos trabalhando em turno integral com 100% dos servidores aglomerados em pequenos setores. O laboratório de análise de solos, setor em que trabalho, há onze servidores utilizando apenas um banheiro e dividindo um pequeno espaço para almoçar, não nos foram disponibilizado mascara de proteção e também não foi organizado nenhum tipo de revezamento entre os servidores. INVESTIGADO(S): INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ - IRGA. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha - RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de Novembro de 2020.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 473/2020

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.001.337/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Cópias do IC.00748.00212/2008 para instauração de IC, conforme determinação do Despacho de Arquivamento. Investigar a oferta insuficiente de exames na especialidade de ortopedia/traumatologia no Município de Caxias do Sul/RS, para atendimento adequado da demanda existente com relação aos usuários do SUS. INVESTIGADO(S): Município de Caxias do Sul. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01536.001.222/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mariana de Azambuja Pires. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. OBJETO: Apurar eventual irregularidade na notificação dos casos sintomáticos e positivados de COVID-19 aos órgãos sanitários, assim como a ausência de alimentação dos sistemas da saúde. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Guaíba. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00815.004.153/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Juliana Maria Giongo. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar adequação e disposição aos municípios de veículo adaptado para transporte de pacientes. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01704.000.530/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maurício Arpini Quintana. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. OBJETO: Averiguar a aplicação dos recursos financeiros federais no CAPS de Rosário do Sul nos anos de 2016-2017. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rosário do Sul. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2969

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00903.000.060/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mauricio Sanchothene de Aguiar. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: Apurar o funcionamento de estabelecimento clandestino de acolhimento de idosos localizado na Rua Martinho Sesterhenn, n. 284, bairro Walderez, Sapucaia do Sul. INVESTIGADO(S): Maria de Lurdes Rinaldi. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.001.968/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Vistoriar permanentemente a ILPI Residencial Geriátrico Recanto dos Avós Ltda. - ME, 32.758.796/0001-32, estabelecida na Rua Ari Barroso, 346, Bairro Sarandi, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Residencial Geriátrico Recanto dos Avós Ltda. LOCAL DO FATO: Rua Ari Barroso, 346, Bairro Sarandi, Porto Alegre - RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.002.361/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 7º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada e permanente, a ILPI Gabriele Oliveira Aguette - ME, nome de fantasia Casa da Vovó, CNPJ n. 26.658.729/0001-43, estabelecida na rua B, n. 90, loteamento Flor da Restinga, bairro Restinga, Porto Alegre/RS, e-mails casadavovo.zonasul@gmail.com e luizaguette@gmail.com, telefones (51) 3250-6454 e 984411924. INVESTIGADO(S): ILPI Gabriele Oliveira Aguette - ME (Casa da Vovó). LOCAL DO FATO: Rua B, n. 90, loteamento Flor da Restinga, bairro Restinga, Porto Alegre/RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de Novembro de 2020.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 478/2020

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01902.000.481/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquari. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucas Oliveira Machado. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari. OBJETO: Acompanhar a Associação Beneficente Pella Bethânia, Instituição Longa Permanência para acolhimento de idosos e pessoas com deficiência. INVESTIGADO(S): Associação Beneficente Pella Bethânia. LOCAL DO FATO: Taquari. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00753.000.183/2020. Promotoria de Justiça de Crissiumal. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Adriano de Almeida Arbo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Crissiumal. OBJETO: Condições dos materiais de higiene e medicamentos disponíveis no hospital Adesco, bem como alegação de que os médicos não contratados não se deslocam para a sede do Hospital para analisarem os pacientes. INVESTIGADO: ADESCO - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Humaitá/RS. LOCAL DO FATO: Av. João Pessoa, 399, centro, Humaitá -RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01748.000.225/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Wilson Luís Grezzana. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. OBJETO: Verificar possível omissão do Município de Dois Irmãos quanto as medidas segmentadas - teto de operação e teto de ocupação - no que diz respeito ao regime de trabalho dos servidores públicos previstas no Decreto Municipal n. 3.821/2020, notadamente na Secretaria de Obras e de Serviços Urbanos, assim no Paço Municipal. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Dois Irmãos. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01536.000.651/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mariana de Azambuja Pires. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. OBJETO: Apurar as medidas adotadas pelo Prefeito Municipal no que tange ao isolamento de pessoas na rede hoteleira de Guaíba no período da pandemia causada pela COVID-19. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Guaíba. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.002.177/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Cargo de



Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Investigar as irregularidades constatadas na fiscalização realizadas pelo CREMERS, Unidade Sanitária, no Posto 24 Horas, de Imbé. INVESTIGADO(S): Município de Imbé. LOCAL DO FATO: Imbé. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.254/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 7º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada e permanente, a ILPI Luciana Galdino Felizardo 67653987087 - ME, nome de fantasia Geriatria São Jorge". INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rua Veríssimo Rosa, 375, Bairro Jardim Botânico, Porto Alegre/RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.002.213/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar irregularidades nas condições de atendimento e de funcionamento da ILPI Lar Otília Chaves, localizada na Avenida Cavalhada, n. 3800, Bairro Cavalhada, em Porto Alegre, descritas na Notificação da DGVS n. 30415 e no relatório de vistoria desta PJDDH referente ao ano de 2020.. INVESTIGADO(S): ILPI Lar Otília Chaves. LOCAL DO FATO: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.765/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Alerta distanciamento controlado - CES. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01140.000.830/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diego Corrêa de Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Uruguaiana. OBJETO: apurar a realização de festas clandestinas na Barragem Sanchuri, em descumprimento às normas sanitárias de prevenção ao COVID-19. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Uruguaiana. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de Novembro de 2020.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CURSO SUPERIOR – DIREITO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES INFORMAÇÕES REFERENTES À REALIZAÇÃO DA PROVA E ENTREVISTAS

EDITAL N. 001/2020 – PORTO XAVIER/RS

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO XAVIER, responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Provimento n. 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE**:

I - TORNAR PÚBLICA a homologação das inscrições para o processo seletivo de estagiários de nível superior do curso de Direito para atuarem junto à **Promotoria de Justiça de Porto Xavier**, conforme Anexo I.

II – DIVULGAR informações referentes à realização da Prova e Entrevistas, conforme segue:

- Data: 19/11/2020 (quinta-feira);
- Local: Sede da Promotoria de Justiça de Porto Xavier (Rua Júlio de Castilhos, n. 317 – Porto Xavier, RS);
- Horário de Realização: - Prova: das 09h30min às 12h;
- Entrevistas: serão realizadas logo após o término da prova.
- Documentação necessária: comprovante de inscrição, documento oficial de identidade com foto, caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Outrossim, em virtude da pandemia do COVID-19, será obrigatório o uso de máscara para entrada no local de prova e durante sua realização.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2969

III – RESSALTAR que durante a realização das provas não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (*bip, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, mp3 player, ipod, ipad* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

Porto Xavier, 13 de novembro de 2020.

GABRIEL MUNHOZ CAPELANI,
Promotor de Justiça.
Responsável pelo Processo Seletivo.

ANEXO I

EDITAL N. 001/2020 – PORTO XAVIER/RS

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Nome do Candidato	N. Inscrição	Turno de estágio a que concorre
FILIPPI BECKER BENETTI	01	Manhã/tarde
VIVIANE SPERANDIO LENHART	02	Manhã/tarde
ANA GABRIELI ALENCASTRO	03	Manhã/tarde
SUZANA SOMMER GARBIN	04	Manhã/tarde
HELEN AMARAL DA SILVA	05	Manhã/tarde
MARCELO AUGUSTO GALL	06	Manhã/tarde

INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

Nome do Candidato	N. Inscrição	Motivo

EDITAL N. 141/2020

De ordem, nos termos do artigo 4.º caput, do Provimento n. 01/2020-PGJ, fica cientificado o indiciado **DOUGLAS MARQUES FERREIRA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, sobre a negativa de proposta de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público nos autos do Procedimento Policial n. **005/2.20.0000660-5**, constante no PR. **00724.00043/2020-1**, que tramita na 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Bento Gonçalves/RS. Prazo do Edital: 05 (cinco) dias.

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE BENTO GONÇALVES, em Bento Gonçalves, 16 de novembro de 2020.

LISIANE MESSERSCHMIDT RUBIN,
Promotora de Justiça, em substituição.

FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS



EDITAL N. 03/2020/FRBL

RESULTADO DO SORTEIO PÚBLICO VIRTUAL DE ASSOCIAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS – FRBL – BIÊNIO 2020/2022.

O PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS - FRBL, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Estadual n. 14.791, de 15 de dezembro de 2015, artigo 6º do Decreto n. 53.072, de 15 de junho de 2016, e Portaria N. 2102/2019, de 19 de junho de 2019, **TORNA PÚBLICO** o **RESULTADO** do **SORTEIO PÚBLICO**



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2969

VIRTUAL¹, ocorrido no dia 11/11/2020, às 14h, que selecionou, entre três associações inscritas e habilitadas, **uma entidade** para **integrar o Conselho Gestor do FRBL**. A associação sorteada terá mandato de dois (02) anos, compreendido o biênio **2020/2022**, a contar da **data de publicação do presente edital** no **DEMP**, admitida uma recondução por igual período.

ASSOCIAÇÃO SELECIONADA	CNPJ
INSTITUTO AUGUSTO CARNEIRO	13.321.166/0001-5
CONSELHEIRO TITULAR	CONSELHEIRO SUPLENTE
LUIS FERNANDO STUMPF	MARCO AURÉLIO MARQUES DE LIMA

As duas entidades **inscritas e habilitadas** que não foram contempladas neste processo seletivo, serão incluídas em **CADASTRO** de associações interessadas, a cargo da Secretaria Executiva do FRBL, para preenchimento futuro das três vagas para associações, conforme previsão contida no §4º do art. 7º da Lei Estadual n. 14.791 de 2015.

CADASTRO DE INTERESSADAS	CNPJ
NÚCLEO SÓCIO AMBIENTAL ARAÇÁ-PIRANGA	02.799.986/0001-37
OBSERVATORIO SOCIAL DE SANTA MARIA RS	14.051.750/0001-05

Porto Alegre, 17 de novembro de 2020.

SÉRGIO HIANE HARRIS,
Subprocurador-Geral de Justiça de Gestão Estratégica,
Presidente do Conselho Gestor – FRBL-RS.

¹ <https://mpcon.mprs.mp.br/mpcon/3d9fec212f6df7f5d2a1>